

ATA DA 019ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO
EM COMEMORAÇÃO AOS 30 ANOS DE CRIAÇÃO DA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Sumário

PROCURADORA FABIANA GUARDINI NOGUEIRA - Enfatiza a importância do trabalho desempenhado pelos procuradores do Estado.

PAULO MEDEIROS VIEIRA - Ressalta a generosidade do Legislativo e a vigorosa defesa do interesse público praticada no dia-a-dia da PGE.

PROCURADOR-GERAL JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO - Agradece a homenagem da Alesc e afirma que ela encarna o próprio povo catarinense.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca o papel ilibado e incansável da PGE na defesa dos interesses do povo catarinense e dos princípios do estado de direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, convocada por solicitação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, no papel de representação dos 40 parlamentares que fazem parte desta Casa, e aprovada por unanimidade. Por isso a importância desta sessão especial de reconhecimento de uma instituição extremamente importante.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Gostaríamos de, em nome do Parlamento catarinense, registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Nelson Serpa, secretário de estado da Fazenda;

Senhor Ezequiel Pires, procurador do estado junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Senhor Antônio Rogério Mattos, diretor da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina;

Senhor Paulo Ricardo Bruchi, juiz de Direito;

Senhor Antônio Fernando Athayde Júnior, subprocurador-geral do Contencioso;

Padre Pedro José Koehler, capelão do Imperial Hospital de Caridade;

Senhor Stanley da Silva Braga, neste ato representando o presidente da Associação dos Magistrados de Santa Catarina, Sérgio Luiz Junkes;

Senhora Adriana Bernardes, neste ato representando o secretário de estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, João Cândido da Silva.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Como deputado que representa o povo catarinense juntamente com os demais 39 parlamentares, além de parabenizar a Procuradoria-Geral do Estado pelo papel ilibado que tem diante do povo catarinense, queremos homenagear o conjunto de personagens que ajudaram a construir a história dessa instituição neste estado.

Por isso, os nossos parabéns em nome dos 40 deputados que representam o povo de Santa Catarina.

Neste momento, convidamos a sra. Fabiana Gardini Nogueira, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, para fazer uso da palavra.

A SRA. FABIANA GUARDINI NOGUEIRA - Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, deputado estadual Jailson Lima, em nome de quem cumprimento as demais autoridades aqui presentes;

Excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, em nome de quem cumprimento todos os procuradores e servidores da Procuradoria;

Senhores homenageados, servidores desta Casa Legislativa, senhoras e senhores.

Na condição de presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, é uma

honra poder representar os procuradores do estado nesta sessão especial em homenagem ao aniversário da Procuradoria-Geral do Estado.

Hoje, 28 de junho de 2012, é um dia de festa, pois comemoramos os 30 anos de atividades da Procuradoria, é o dia do procurador-geral do Estado, mas é também um dia para reflexão sobre o que fomos, o que somos e o que seremos.

A Procuradoria-Geral do Estado foi criada por iniciativa do governador Henrique Córdova, através da Emenda Constitucional n. 16 à Constituição Estadual de 1967, promulgada no dia 28 de junho de 1982.

Em 15 de julho de 1982 foi empossado o primeiro procurador-geral do Estado, o advogado Antônio Rubem Nunes. A partir de maio de 1983 foram empossados os primeiros procuradores do Estado aprovados em concurso de provas e títulos, dos quais os procuradores Osmar José Nora e Luiz Carlos Eli Filho ainda estão em atividade, exercendo diariamente com afinco e dedicação suas funções.

Em 30 de dezembro de 2005, passados 23 anos de sua criação, foi sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado, que promoveu a reestruturação de sua organização administrativa e jurídica e disciplinou a carreira de procurador-geral do Estado.

Do dia 28 de junho de 1982 até hoje o mundo mudou, a tecnologia avançou e a Procuradoria-Geral, como não poderia deixar de ser, acompanhou essa evolução adaptando-se aos novos tempos, ampliando sua atuação, organizando-se, mas sempre tendo como norte a excelência na prestação de serviço jurídico desenvolvido em prol da sociedade catarinense. Ao longo desse tempo passamos da máquina de escrever manual aos computadores de última geração, da distribuição de processos em escaninhos à distribuição informatizada, da intimação em recortes do Diário da Justiça à intimação eletrônica, da manutenção em documentos em pastas físicas ao arquivamento eletrônico em pastas digitais.

É, os tempos mudaram, mas a Procuradoria cresceu, robusteceu-se, não é mais aquela de 30 anos atrás. Embora ainda jovem, hoje é uma instituição consolidada com credibilidade, referencial de qualidade e excelência na advocacia pública do país, pois composta pela melhor equipe de procuradores do Estado do Brasil, o que afirmo sem nenhum demérito aos colegas de outros estados.

Somos uma equipe envolvida integralmente na incansável defesa do interesse público e dos princípios do estado democrático de direito e que tem como inspiração o primeiro advogado público catarinense, Manoel da Silva Mafra, conselheiro Mafra, o qual dá o nome à distinção honorífica que hoje será concedida a 14 ex-procuradores-gerais do Estado, exceção feita àqueles que receberam em homenagens anteriores. A todos esses que além de líderes foram também nossos colegas e contribuíram para o engrandecimento da advocacia pública catarinense, nosso reconhecimento e nossa gratidão.

Credibilidade é algo que se constrói dia a dia, é fruto do trabalho e da competência. E no caso da Procuradoria, foi sendo construída em cada ação, em cada contestação, em cada palavra escrita, nas milhares de peças processuais e pareceres elaborados por seus procuradores do estado, procuradores administrativos e procuradores fiscais que enobreceram e enobrecem os quadros da Procuradoria. Muitos, hoje aposentados, pioneiros em uma época de dificuldades, que através de exemplo de trabalho e conduta na advocacia pública deram e continuarão dando importante e valorosa contribuição para o fortalecimento de nossa instituição. A esses colegas também prestamos nossa homenagem e nossa gratidão, pois fundamentais para que a Procuradoria tivesse alcançado com essa tenacidade a credibilidade que somente a maturidade proporciona.

Agradecemos ainda aos servidores da Procuradoria, parceiros incansáveis nesse caminho de crescimento institucional. O êxito da Procuradoria também tem a marca da contribuição de

cada um de vocês que nos dão amparo administrativo para que possamos realizar a nossa missão constitucional, prevista no art. 132 da Constituição Federal, que reza que compete aos procuradores do Estado a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, constituindo carreira alçada pelo legislador constituinte federal originário dentre as funções essenciais à justiça.

Para o desempenho das suas atribuições constitucionais, a Procuradoria conta hoje com 115 procuradores do Estado, distribuídos na capital, Brasília, em 15 regionais e em outros órgãos, como as secretarias de estado da Casa Civil, da Administração, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Segurança Pública e da Fazenda, além do Deinfra e também dos Poderes Judiciário e Legislativo.

Nesses 30 anos da Procuradoria todas as vitórias foram de suma importância, desde aquela ação de poucos reflexos no âmbito estadual até aquela de grande repercussão financeira e política obtida em última instância no Supremo Tribunal Federal, todas fundamentais para a reafirmação da cidadania, alicerce de nossa sociedade, representada em juízo pela Procuradoria.

A atuação da Procuradoria não pode ser contabilizada apenas em incontáveis vitórias judiciais, mas também pelo destacado trabalho realizado pelos procuradores de Estado de orientação jurídica à autoridade pública, no desempenho regular do mandato ou cargo.

Ingressamos numa nova era em nossa sociedade, uma era em que a fiscalização dos atos administrativos é mais rígida, em que a sociedade exige melhor resultado dos administradores públicos, mais retidão na conduta, não tolerando mais vícios éticos em nome de resultados.

E qual o papel da Procuradoria e de seus procuradores?

Nosso papel nesse contexto é de orientar o administrador público em sua atuação, para que ele tenha segurança jurídica ao agir dentro de sua esfera de discricionariedade, optando pela melhor

decisão administrativa para atingir o objetivo maior: o bem público e a satisfação da coletividade.

Nesses 30 anos avançamos muito, é verdade, mas não podemos parar, almejando sempre novos patamares em busca da continuidade da excelência na prestação do serviço jurídico. O futuro começa hoje, começa agora, e não nos traz desafios, mas sim oportunidades de crescimento. As oportunidades surgem para os competentes, para aqueles que estão preparados para enfrentá-las. E para isso nosso corpo de procuradores do Estado e servidores é qualificado, coeso e movido pela consciência do dever a cumprir, alicerces inabaláveis de uma instituição forte, eficiente e respeitada.

A Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, que este ano completa 29 anos de atividades, vem caminhando ao lado da Procuradoria-Geral auxiliando sempre que possível a direção da instituição a encontrar soluções aos problemas vivenciados diariamente e dando suporte necessário aos procuradores para execução de suas funções.

A associação é e sempre será parceira, visando construir uma Procuradoria forte e unida, sem olvidar, no entanto, do seu papel institucional como entidade de representação, atuando em defesa de nossas prerrogativas e pela valorização da carreira de procurador do Estado.

Para finalizar, quero agradecer à Presidência desta Casa Legislativa, merecedora de nossos sinceros agradecimentos pela calorosa acolhida e realização desta sessão especial.

Diante de tão significativa data, venho externar votos de consideração e reconhecimento a todos os procuradores do Estado e servidores do passado e do presente, que contribuíram e que contribuem para o crescimento dessa jovem instituição, tendo sempre como norte a defesa do estado e da sociedade catarinense.

Parabéns à Procuradoria-Geral do Estado!

Parabéns aos colegas procuradores!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) -
Parabéns pelo pronunciamento, procuradora.

Neste momento, queremos registrar a presença dos seguintes procuradores do Estado de Santa Catarina:

Senhor Florentino Carminatti Júnior;
Senhor Felipe Barreto de Melo;
Senhor Ronan Saulo Robl;
Senhora Elisabete Andrade dos Santos;
Senhor André Doumid Borges;
Senhor João Batista Búrigo;
Senhor Eduardo Zanatta Brandeburgo;
Senhor Loreno Paes Weissheimer;
Senhor Francisco José Guardini Nogueira;
Senhor Silvio Varella Júnior;
Senhor Luiz Henrique Tancredo;
Senhora Eliane Lima de Araújo Andriolli;
Senhor André Martinez Rossi;
Senhor Augusto Barbosa Hackbarth;
Senhor Ricardo Della Giustina;
Senhor Álvaro José Mondini;
Senhor Fernando Alves Filgueiras da Silva;
Senhor Felipe Wildi Varela;
Senhor Alisson de Bom de Souza;
Senhora Elizabeth Hinnig Lecey;
Senhor Fernando Mangrich Ferreira;
Senhor Rafael do Nascimento;
Senhora Vanessa Weirich;
Senhor Jair Augusto Scrocaro;
Senhor Fillipi Guerra;
Senhor Ederson Pires;
Senhor Nataniel Martins Manica;
Senhora Fernanda Seiler;
Senhora Aline Cleusa de Souza;
Senhora Elenice Magnus Hendler;
Senhora Eliane Lima Araújo Andriolli;
Senhor Carlos Alberto Carlesso;
Senhora Vanessa Valentini;
Senhora Rejane Maria Bertoli;
Senhor João Carlos Beduschi;
Senhor Adriano Zanotto.

Convidamos o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) -
Senhoras e senhores, muito boa-noite!

A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, que defende judicialmente o estado e presta assessoramento jurídico aos seus poderes, foi criada em 28 de junho de 1982, durante a administração do governador Henrique Córdova. Até então os trabalhos de representação judicial do estado eram de competência do Ministério Público do Estado. Em 15 de julho de 1982 tomou posse o primeiro procurador-geral do estado, advogado Antônio Hugen Nunes e em maio de 1983 foram empossados os primeiros procuradores do estado aprovados em concurso público.

No cumprimento de suas funções, os procuradores catarinenses atuaram, só no último ano, em cerca de 40 mil processos, além dos milhares de processos de execução fiscal. Atualmente existem cerca de 150 mil ações judiciais envolvendo o estado, sendo 100 mil como autor - execuções fiscais e tributárias - e 50 mil como réu.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina na passagem dos seus 30 anos zelando pela legalidade, moralidade e eficiência dos atos da administração pública, atuando de forma ética e transparente para a valorização de suas atividades, na defesa do patrimônio do estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da homenagem ao sr. João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado, neste ato representando a instituição.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade, neste momento O Poder Legislativo presta homenagem aos ex-procuradores-gerais com a Medalha Conselheiro Mafra, instituída pelo Decreto n. 4.868, de 17 de novembro de 2006, premiando aqueles que prestaram relevantes serviços na área jurídica ao estado de Santa Catarina.

Manoel da Silva Mafra, conhecido como Conselheiro Mafra, nasceu em Desterro, em 12 de outubro de 1831. Formou-se em Direito em São Paulo em 1855 e logo em seguida voltou para sua cidade natal. Logo depois foi nomeado promotor público e juiz municipal. No final do século XIX foi chamado pelo governador Hercílio Luz para defender Santa Catarina na questão dos limites com o estado do Paraná. Faleceu em 11 de maio de 1907, no Rio de Janeiro, e foi sepultado em Florianópolis.

Convido o senhor Antônio Fernandes Athaide Júnior, subprocurador-geral do Contencioso, para fazer a entrega das medalhas aos ex-procuradores.

Convido para receber a medalha o procurador Nelson Pedrini, aqui representado pela sra. Rejane Maria Bertoli.

Nelson Pedrini formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1958. Sua passagem pelo cargo de procurador-geral do Estado, entre março de 1983 e fevereiro de 1986, foi marcada pela consolidação do Parque Florestal do Rio Vermelho, na capital, resolvendo uma longa disputa judicial e evitando grande prejuízo financeiro ao erário público a partir de ação rescisória proposta durante o período.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Alceu Hermínio Frassetto.

Alceu Frassetto formou-se em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1966. Foi diretor da Casa Civil para Assuntos Legislativos no governo Kleinübing/Konder Reis. Durante a sua gestão foram resolvidos diversos conflitos de terra envolvendo índios, colonos e administração pública.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Paulo Medeiros Vieira.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, é professor aposentado da mesma instituição. Autor de diversos livros, é membro da Academia Catarinense de Filosofia. Foi procurador-

geral do Estado por três anos, entre 1987 e 1990. O período foi marcado pela busca e obtenção da declaração de inconstitucionalidade da legislação instituidora dos reajustes automáticos dos salários dos servidores públicos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Sadi Lima.

Formou-se em Economia e Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Santa Catarina, entre 1979 e 1981. Exerceu por duas vezes o cargo de procurador-geral do Estado: entre 1990 e 1991 e entre 2008 e 2010.

Na sua primeira passagem pela PGE buscou defender a nova Constituição Federal, promovendo ações diretas de inconstitucionalidade contra dispositivos da recém-promulgada Constituição Estadual.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Aroldo Pacheco dos Reis.

Formou-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1968. Em 1959 foi nomeado para a comissão de Serviço Público (Cesp), atual secretaria da Administração. Em 1971 iniciou as suas atividades na Consultoria Jurídica do Estado de Santa Catarina, depois chamada de Consultoria-Geral, que foi o embrião da PGE.

Ocupou o cargo de procurador-geral do Estado entre janeiro e março de 1991.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Nelson Serpa.

Formou-se em Direito na Universidade Regional de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, em 1972. Exerceu em duas oportunidades o cargo de procurador-geral: a primeira, entre março de 1991 e abril de 1994; e a segunda, entre janeiro e outubro de 2011.

(Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a medalha o procurador Flavio Roberto Collaço.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1967 e fez curso de aperfeiçoamento em Direito Tributário na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Foi auditor da Fazenda estadual e ocupou diversas funções de confiança como secretário de estado.

Exerceu o cargo de procurador-geral do Estado em 1994, tendo dado início à descentralização dos serviços da Procuradoria, com a criação e instalação das Procuradorias Regionais.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço ao sr. Antônio Fernandes Athaide Júnior e chamo a procuradora Rejane Maria Bertoli, subprocuradora-geral Administrativa, para fazer a entrega das próximas medalhas.

Convido para receber a medalha o procurador João Carlos Von Hohendorf.

Formado em Direito pela Furb, em Blumenau, foi presidente do Conselho Estadual de Contribuintes e atualmente é presidente do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina.

Como procurador-geral do Estado entre janeiro de 1995 e junho de 1997 implantou as Procuradorias Regionais, criando também a Procuradoria Especial de Brasília.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha a sra. Ana Assi Shifter, neste ato representando o procurador Assi Schifter, *in memoriam*.

Formado em Direito pela Furb, em Blumenau, em 1977, assessorou a Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante seis anos.

Como procuradora, foi precursora das suspensões de segurança concedidas contra atos do chefe do Poder Executivo, além de pioneira nas ações diretas de inconstitucionalidade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Walter Zigelli.

Formou-se em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Jornalista, vereador em Joaçaba e deputado estadual entre 1963 e 1967. Foi juiz de Direito e professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Após ser secretário de estado da Comunicação Social, em 1994, tornou-se procurador-geral do Estado entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002. No cargo, implantou um programa para que os atos do governo fossem pautados nos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha a sra. Ana Paula Grillo Rodrigues, neste ato representando seu pai, o procurador Umberto Grillo.

Diplomou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1966 e foi presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região em Santa Catarina, no biênio 1990/1992.

Foi procurador-geral do Estado de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, época em que foi adquirido o atual prédio sede da Procuradoria-Geral do Estado, além de ampliar o sistema de informática da instituição, com a interligação de todas as Procuradorias Regionais.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Manoel Cordeiro Júnior.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1984, ingressou na Procuradoria-Geral do Estado em 1991 e foi um dos primeiros procuradores de carreira a ser indicado procurador-geral do Estado, cargo que ocupou em três oportunidades: de novembro a dezembro de 1998, entre junho e agosto de 2003, e de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Durante a sua gestão foi contratada a empresa que criou e instalou o PGE NET na Procuradoria.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Adriano Zanotto.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, entre 2001 e 2006 foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OAB/SC).

Diretor da SC Parcerias entre 2008 e 2009, atualmente é presidente do Instituto de Previdência do Estado (Iprev). Foi procurador-geral do Estado entre 2 de janeiro de 2007 e 21 de janeiro de 2008.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a medalha o procurador Gerson Luiz Schwerdt.

Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 1987 e fez pós-graduação em Direito Tributário pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Procurador do Estado desde 1993, foi coordenador da Procuradoria Fiscal, corregedor-geral, além de diretor Legislativo e consultor Jurídico da secretaria de estado de Coordenação e Articulação, na administração do governador Luiz Henrique da Silveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE Deputado Jailson Lima) - Para dar continuidade a este ato belíssimo do Parlamento catarinense, queremos convidar para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Paulo Medeiros Vieira, ex-procurador-geral do Estado.

O SR. PAULO MEDEIROS VIEIRA - Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Assembleia Legislativa do estado, deputado Jailson Lima, na presidência dos trabalhos;

Excelentíssimo senhor Cláudio Barreto Dutra, desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor secretário de estado da Segurança Pública, César Augusto Grubba, neste ato representando excelentíssimo senhor governador do estado João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor José Galvani Alberton, ex-procurador-geral de Justiça, aqui representando o Ministério Público Estadual;

Excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado de Santa Catarina, João dos Passos Martins Neto;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro César Filomeno Fontes;

Excelentíssimo senhor ex-governador do estado, Paulo Afonso Evangelista Vieira;

Excelentíssima senhora Fabiana Gardini Nogueira, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimas autoridades, senhores procuradores, ex-procuradores-gerais do Estado, senhoras e senhores,

(Passa a ler.)

"Permiti-me, neste colóquio - em certa medida derradeiro e único -, deixar de lado o tratamento cerimonioso que esta noite de galas justifica, a etiqueta impõe, mas o coração recua. É a única maneira de aventurar-me na tentativa de reproduzir - se com palavras fosse possível tal empresa - a surpresa e a gratidão pela generosidade da iniciativa de galardoar-me com a comenda que dignifica a memória de Conselheiro Mafra, e com o encargo imerecido e honroso de falar em nome de tão ilustres homenageados.

Não há, malgrado nisso, nenhuma preocupação retórica. A linguagem é despojada, para não macular a fonte de sua inspiração. Mas também não reveste improvisação.

Um querido amigo, dr. Eduardo Mário Tavares, de feliz memória, certa feita me disse, com sua larga experiência na tribuna e boa dose de ironia, que o melhor improvisado é aquele datilografado com uma semana de antecedência. Ao que lhe respondi, com a advertência do insigne professor Othon Gama D'Eça, para quem 'o improvisado é a mortalha do orador'.

Nunca mais esqueci nem o conselho, nem a advertência.

Pois bem: ao receber a notícia e o convite, ocorreu-me num lampejo - ao recordar aquele dia já longínquo da minha investidura no cargo de procurador-geral do Estado - passagem que gosto de evocar do discurso de posse de dom Joaquim Domingues de Oliveira nesta nossa arquidiocese de Florianópolis.

Assinalava, pois, dom Joaquim, naquele memorável domingo de Pentecostes, nos idos de 1914, que não queria ser para seu rebanho nem apenas o farol que indica o porto, nem o marco que se planta à beira da estrada, como preciosa indicação ao caminheiro fatigado.

E diante do auditório embevecido a escutar-lhe a oratória fluente e rebuscada, arrematava com solicitude:

'Antes quero ser para vós o companheiro que põe as mãos em vossos ombros e diz: 'Esta é a estrada que temos que palmilhar; façamo-lo juntos, como irmãos.'

Isso posto, não foi por acaso que adotei, no exercício do honroso cargo que me confiou o saudoso governador Pedro Ivo Campos, o propósito de caminhar lado a lado com meus companheiros de Casa - como parceiro das mesmas fainas e das mesmas lidas -, movido pelos mesmos ideais de servir ao Estado, à Democracia e à Justiça.

Refiro-me a todos: procuradores do Estado, consultores jurídicos, mais tarde reclassificados como procuradores administrativos; servidores de carreira e ocupantes de cargos de confiança - unimo-nos todos na vigorosa defesa dos interesses públicos, como companheiros que perseguem o mesmo fim.

Essa experiência lembra-me, outrossim, episódio tomado de empréstimo às crônicas das Olimpíadas.

Conta-se que em competição no estádio chamado Heipel, em Bruxelas, o atleta holandês Slykens e o campeão olímpico Gaston Reiff, da Bélgica, disputavam uma corrida de 3.000 metros, mantendo-se, ao longo de todo o percurso emparelhados, lado a lado, até aos 50 metros finais.

De repente, para pasmo de todos, extenuado, verga e tomba o campeão olímpico.

A multidão emudece, eletrizada.

E seu estupor chega ao clímax, quando de inopino, num gesto inédito em competições dessa magnitude, o atleta holandês estanca, retrocede dos passos em que se avantajara. Debruça-se sobre o rival, ajuda-o a erguer-se, abraça-o pela cintura e, juntos, arrastando-se, cruzam a risca de chegada, sob o delírio da multidão.

Com o passar do tempo, *mutatis mutandis*, multiplicavam-se os gestos de solidariedade mútua e recíproca, que tornaram realidade muitos sonhos mais que legítimos, que ultrapassavam o estrito cumprimento de nossos deveres profissionais.

Entre outras muitas conquistas, vale para ilustrar a seguinte menção: a conquista, na Assembleia Nacional Constituinte, do espaço que os doutos procuradores do Estado almejavam para sua insigne carreira, que veio a ser, como sonhavam, entronizada na Constituição do Brasil. Lá está em disposição expressa que lhes fez justiça e que foi há pouco mencionada pelo orador que me antecedeu.

Por seu turno, os consultores jurídicos viram tornar-se realidade, ao cabo de penosa batalha, a transformação de sua carreira em procuradores Administrativos.

No campo específico da representação judicial, o governo viu, *inter pluris*, triunfarem dezenas de ações discriminatórias patrocinadas pelo PGE reintegrando no patrimônio do estado e do povo de Santa Catarina extensas e valiosíssimas áreas de terras de que verdadeiras quadrilhas se haviam apropriado.

Meus contemporâneos de Procuradoria nesta Casa, dr. Nora, dr. Beduschi, sabem do que estou falando, mas isso seria assunto para outra ocasião.

Registro o fato, muito a vontade, porque a ação prestigiada por mim foi patrocinada por eles, que em certas medidas expuseram a própria segurança e a própria vida para levar a cabo essas ações de reintegração de posse, lidando com

quadrilhas que operaram na região em que esses terrenos estavam localizados.

Movia-nos, sem favor algum, a convicção de cada passo de nossa caminhada valia por um tijolinho na construção da democracia com que sonhávamos, especialmente desde o golpe de 64, de funesta memória, democracia sem a qual o sonho de justiça reduzir-se-ia a uma singela utopia sem 'topos', isto é, um sonho sem o respectivo lugar no tempo e na história.

Hoje, quem sabe, e não sei se deveria ousar tanto, mas ousarei, se estivéssemos ainda por aqui reivindicaríamos os honorários de sucumbência nas ações judiciais, ao invés de serem destinadas a uma caixinha que, *data venia*, quem deve prover é o erário e não os procuradores.

(Palmas)

Na perseguição de nossos ideais aprendemos que 'nas democracias os princípios pairam acima dos príncipes'. E que, em havendo conflito entre aqueles e estes, nossa honra nos manteria fiéis àqueles e não a estes, ou seja, sem titubear, sem tergiversar, não nos acovardaríamos também. E foi assim que permanecemos fiéis aos princípios quando houve conflito de interesses fossem eles quem fossem.

Para melhor ilustrar esse tema, evoco dos anais da VIII Conferência Nacional da OAB, realizada em Manaus em 1980, tese sobre *Liberdade e Estado de Direito*, do eminente advogado Octávio Caruso da Rocha. E dela, um episódio histórico, que vem bem a propósito dessas divagações.

Conta ele que um revolucionário gaúcho, humilde e desletrado, sintetizou o que buscavam no campo de batalha suas esfarrapadas tropas guerrilheiras: 'Queremos leis que governem os homens; e não homens que governem as leis'.

Eis aí, na expressão singela do tropeiro rio-grandense Honório Lemes, um dos predicamentos básicos do estado de direito: 'leis que governem os homens; e não homens que governem as leis'. Porque nas democracias, repito, os princípios pairam acima dos príncipes.

Lembro-me de que quando evocávamos, em conversas na hora do cafezinho, a lição magistral do estadista britânico Guilherme Temple, numa das mais precisas conceituações de democracia desde os gregos clássicos até os patriarcas da independência norte-americana, e deles até os nossos dias. Democracia, pontificava ele: 'É o sistema constitucional de governo da maioria, fundado nos princípios da liberdade e da igualdade, em que se asseguram às minorias no Parlamento o direito de representação, fiscalização e crítica'.

Advogados do chamado terceiro mundo, eis o que éramos; eis o que somos e, por isso, talvez em nenhum outro quadrante da terra alguém tenha que falar mais alto, mais viva e intrepidamente em nome de outrem; ninguém talvez tenha que ser mais 'ad-vogado' do que nós, bem a propósito da própria etimologia da palavra: *ad-vocare*'.

Muitos que se bateram por esses ideais já não se encontram entre nós, mas na expressão de Alencar Furtado, 'as lutas que travaram e a honra que viveram, de glória se fizeram'.

Menciono, como singela homenagem, por sua luta pela redemocratização do Brasil, Pedro Ivo Figueiredo de Campos, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e tantos outros, além do próprio Alencar Furtado.

Em sua homenagem, que foi a homenagem daquele tribuno paranaense, que ilustrou o Parlamento brasileiro, podemos repetir a comovida expressão do poeta, ao passar em revista, entre fanfarras, as tropas tricolores de Garibaldi antes da batalha, e que voltando a vê-las depois, mutiladas, banhadas de sangue, as feridas cobertas de pólvora e poeira, dizia a seus bravos soldados: 'São mais belas agora, trazendo no corpo as marcas da própria bravura e da sua fé na liberdade'!

Nossa luta, eminentes amigos que tenho a subida honra de representar nesta tribuna, faz-se em outras trincheiras, mas nem por isso será mais menos fecunda, menos árdua ou menos nobre. Como proclamava Olavo Bilac, patrono do serviço militar

brasileiro, 'não se acanhe o livro de ombrear com o sabre'.

Vou terminar, e já não é sem tempo, para que os que me honram agora com tamanha atenção não venham a lamentar de eu ter levado tão a sério o conselho do saudoso amigo Eduardo Mário Tavares: 'O melhor improvisado é aquele datilografado com uma semana de antecedência'. Eu acho que consumi mais de uma semana e não quero que lamentem por isso. Mas peço licença para concluir esta oração, agradecendo aos que nos distinguiram com a honrosa comenda - Medalha Conselheiro Mafra - homenageando, outrossim, os que nestes 30 anos de vida da nossa PGE ajudaram a construir uma instituição por todos os títulos respeitável, de que todos, sem favor, nos orgulhamos.

Elegi três nomes de três parceiros que deixaram em sua passagem um rastro luminoso como marca do seu talento, de sua dedicação exemplar, de sua vasta cultura jurídica e seu devotado amor à causa pública.

Falo da dra. Maria Beatriz Corrêa, do dr. Assi Schifter, do dr. Irineu José Rubini, nomes que menciono com profundo respeito, com enorme admiração, com emoção e com saudade. Saudade que, no dizer do poeta, é a presença teimosa de uma ausência. Que descansem em paz. Enquanto caminharmos por aqui, haveremos de honrar sua memória.

A cada um deles cabe, sem favor, a metáfora do farol. Três faróis que aí estão a iluminar o oceano e o céu no itinerário desses outros navegadores... Que somos todos nós.

Perdoem-me a emoção, mas como dizia o vate português, 'olhos que não se molham, nada enxergam quando olham, pois'.

Tenho dito.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) -
Convido para fazer uso da palavra o dr. João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado de

Santa Catarina, neste ato representando a instituição homenageada.

O SR. PROCURADOR JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO - Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima e demais senhores deputados;

Excelentíssimo senhor secretário da Segurança Pública, César Augusto Grubba, neste ato representando o governador do estado;

Excelentíssimo senhor subprocurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, neste representando o Ministério Público Estadual;

Excelentíssimo senhor César Filomeno Fontes, presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Fabiana Gardini Nogueira, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimos senhores ex-procuradores-gerais do Estado, homenageados nesta noite;

Senhores juízes, senhores advogados, procuradores do Estado e servidores da Procuradoria-Geral do Estado, promotores de Justiça, familiares dos homenageados, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Eu quero, em primeiro lugar, em meu nome e de todos os procuradores do Estado, bem como de nossos servidores, agradecer sensibilizado a homenagem que a Assembleia Legislativa presta à Procuradoria-Geral do Estado na passagem deste aniversário de 30 anos de sua criação.

Devo dizer, deputado Jailson Lima e srs. deputados, sem nenhum excesso, que esta solenidade corresponde ao tributo de mais alta significação da história de nossa instituição. A homenagem do Parlamento catarinense é a homenagem do nosso povo e por isso exprime um reconhecimento de valor do qual esperamos sempre poder continuar a ser dignos no devir do tempo, na longa estrada do futuro que temos ainda por caminhar.

Eu gostaria de cumprimentar também, muito especialmente, os ex-procuradores-gerais do Estado condecorados nesta noite com a Medalha Conselheiro

Maфра: Alceu Hermínio Frassetto, Walter Zigelli, Flávio Roberto Collaço, Manoel Cordeiro Júnior, João Carlos Von Hohendorf, Aroldo Pacheco dos Reis, Sadi Lima, Paulo Medeiros Vieira, Adriano Zanotto, Nelson Serpa, Gerson Luiz Schwerdt, e Umberto Grillo e Nelson Pedrini, que não puderam se fazer presentes.

Os senhores têm a gratidão de toda Procuradoria-Geral do Estado e foram os arquitetos deste grande edifício em que nós hoje nos constituímos.

Muito obrigado por tudo!

Sobre a Procuradoria-Geral do Estado, peço licença para me referir sem recorrer a uma retórica formal nesta noite magnífica. Eu quero apenas contar uma história, uma fantástica história, que diz muito da nossa identidade, de quem somos nós e do que fazemos, uma história que oferece a mais inspiradora das lições para a vida pública e para as gerações que vão assumindo a responsabilidade de honrar os grandes exemplos do passado. O que eu vou lhes contar começou muito antes do meu ingresso nos quadros da Procuradoria, não fui dos fatos uma testemunha presente, mas os relatos daqueles que viveram os eventos que então se sucederam deixaram em mim uma marca indelével.

E começo por situar o episódio representativo do que é a Procuradoria-Geral do Estado. Em 1962 foi instituído o Parque Florestal do Rio Vermelho, abrangendo uma área de terras com aproximadamente 14.500.000m², situada entre o Morro das Aranhas e a Barra da Lagoa, no município de Florianópolis, cuja finalidade era desenvolver pesquisas sobre espécies de 'pinus' com melhor índice de aproveitamento no solo catarinense. Posteriormente, por um novo decreto, a finalidade originária foi ampliada para também contemplar o aproveitamento do parque no desenvolvimento do turismo, prática do escotismo e lazer público.

Aproximadamente 13 anos depois do início da implantação do parque, começaram a ser ajuizadas as primeiras ações de indenização por pessoas que alegavam, em síntese, deter a posse, em alguns casos o domínio, daquelas áreas de terras e que

teriam sido expulsas dali pelo poder público, sem que este os tivesse indenizado.

Em 1979, determinado senhor, em respeito à família pouparei de mencionar o nome, representado por seu advogado, ajuizou uma ação de desapropriação indireta contra o estado de Santa Catarina na Vara da Fazenda Pública da capital. Ele alegava em síntese o seguinte: que até a implantação do Parque Florestal do Rio Vermelho detinha a posse de 3.302.350,00m² de terras adquiridas de sete antigos moradores da região; que foi expulso das referidas terras pelo estado, sem que lhe tivesse sido paga qualquer indenização. E diante desses fatos, pedia a condenação do estado na obrigação de indenizar essas glebas, acrescida de juros, correção monetária, honorários, juros moratórios e compensatórios. E para provar o que ele alegava, dentre os documentos que instruíram a ação juntou a cópia autenticada de uma planta cuja autoria era atribuída à Diretoria de Terras e Colonização do estado de Santa Catarina, na qual se encontravam individualizadas as terras objeto da ação e eram indicados os posseiros.

Essa planta se encontrava assinada por um funcionário público do órgão de terras, um auxiliar de topógrafos. E a sua assinatura estava reconhecida em cartório, era aparentemente um documento autêntico, legítimo e originário de uma repartição, gozando, portanto, de fé-pública. Juntou, além da planta, que realmente indicava que ele possuía todos aqueles imóveis, sete contratos de compra e venda curiosa e estranhamente todos assinados com a data do mesmo dia e testemunhados pelas mesmas pessoas. Ainda juntou cópias de certidões expedidas pelo ministério da Agricultura, informando que perante o referido ministério havia requerido registro e pretendendo provar que ali os seus antecessores e ele mesmo faziam cultivo de determinadas plantas e lavouras.

Essa ação na época foi contestada pelo Ministério Público, porque ainda não havia sido criada a Procuradoria-Geral do Estado, e competentemente. Realmente, diante daquela planta

apresentada e juntada ao processo, era muito difícil imaginar que o juiz desse a ação por improcedente. E de fato a ação foi julgada procedente e o recurso de apelação interposto pelo estado ao Tribunal de Justiça foi desprovido e o estado foi condenado a pagar uma indenização bilionária ao autor da ação.

Esse documento, essa planta, foi examinado por peritos da Polícia Técnica do estado, onde foi emitido um laudo atestando a falsidade material da planta. Isso tornou possível o ajuizamento de uma ação rescisória subscrita pelo dr. Gilberto D'Ávila Rufino e pelo dr. Osmar José Nhora. O documento tem em torno de 100 a 200 laudas e a ação foi proposta perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, inicialmente distribuída ao desembargador Hélio de Melo Mosimann, posteriormente ministro do Superior Tribunal de Justiça. A citação do réu aconteceu em 1984, obviamente em função do princípio da eventualidade o estado arguiu, suscitou uma série de razões para a procedência da ação rescisória. O argumento central, no entanto, era a falsidade da planta. E finalmente, quando esse processo foi julgado, reconheceu-se a falsidade pelo uso daquele processo gráfico que não poderia existir em 1957, segundo tudo indicava, além de outros elementos de convicção que foram extraídos do contexto dos Autos.

Nenhuma das plantas encontradas no estado de Santa Catarina da mesma época tinham firma reconhecida. Só aquela. Os posseiros de quem teriam sido compradas aquelas sete áreas de terras eram funcionários de terras do estado. Todo esse conjunto de elementos conduziu só a uma só conclusão: a planta havia sido manipulada. Era um caso de falsidade documental.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, num acórdão do qual foi relator o desembargador Alcides Aguiar, através do seu órgão colegiado, as Câmaras Cíveis reunidas numa sessão civil, julgou procedente a ação rescisória por unanimidade. E acredito até que meu pai, o

desembargador João Martins, tenha, na época, votado e participado do julgamento.

Com isso, senhores, o estado reverteu uma condenação bilionária com trânsito em julgado porque um procurador do Estado questionou, desconfiou, acreditou que era possível, contra todas as expectativas, fazer valer a verdade e ver realizada a justiça.

Esse é um caso emblemático que descreve muito bem a história da Procuradoria-Geral do Estado. Na verdade, conto essa história nesta noite - e um dia ainda quero escrever um livro com mais detalhes - para deixar registrado nos anais desta Casa que esta é a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero cumprimentar o dr. João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado, pelo conteúdo do seu pronunciamento.

É importante que os anais da Assembleia Legislativa fiquem com esses registros porque eu, que sou deputado estadual e considero-me uma pessoa relativamente bem informada, não tinha o menor conhecimento da magnitude do trabalho desenvolvido, que justifica, com toda certeza, o discurso emocionado do dr. Paulo Medeiros Vieira, pois além de detalhar os serviços prestados ao estado, mostra a importância da PGE, que nos últimos 30 anos vem corrigindo rumos, consolidando a democracia, construindo governança no estado catarinense com figuras ilibadas, que hoje são reconhecidas e homenageadas por este Parlamento.

Por isso, meus parabéns a todos os homenageados e à PGE! Que continuem dando esse exemplo de retidão que constrói o caminho de administrações cada vez mais transparentes e reconhecidas pelo povo catarinense.

O Brasil acaba de entrar na era da transparência, alicerçada na lei do direito à informação. E vocês, como procuradores, defendendo o estado nada mais estão fazendo do que garantir o

direito de cada cidadão catarinense que é proprietário deste estado e que é representado pelos seus governantes.

Neste momento, passaremos à execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece a presença de todas as autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder, e convoca outra, especial, para o dia 2 de agosto, às 19h, em homenagem ao cinquentenário do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - Creci.

Está encerrada a sessão.